

**EDUCAÇÃO INFANTIL: O PAPEL DO PROFESSOR NA ESTIMULAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO INTEGRAL DA CRIANÇA**

**EARLY CHILDHOOD EDUCATION: THE TEACHER'S ROLE IN STIMULATION AND
INTEGRAL DEVELOPMENT OF CHILDREN**

Suelí Marques Ferraz¹

Gercivane Barbosa de Oliveira²

Irani Borges Taveira³

Thays Rodrigues de Oliveira Lavareda⁴

RESUMO

O estudo aborda como os estímulos adequados contribuem para o desenvolvimento de habilidades essenciais, como autonomia, criatividade e senso crítico desde os primeiros anos de vida. Destaca-se o papel do professor como facilitador de experiências significativas, que respeitem o ritmo individual e promovam o aprendizado por meio da brincadeira e da interação social. A atuação do docente é apresentada como fundamental para estabelecer um ambiente seguro e estimulante, que valorize a curiosidade natural das crianças e promova o aprendizado ativo. Utilizou-se a metodologia de pesquisa bibliográfica, mas complementado com observação durante o estágio supervisionado. Concluiu-se que a formação e atualização constante dos professores são essenciais para assegurar uma educação infantil de qualidade, que atenda às necessidades de desenvolvimento integral e contribua para a formação de cidadãos mais conscientes e preparados para a sociedade.

Palavras-chave: Desenvolvimento Integral. Educação Infantil.

¹ Licenciada em História e Pedagogia, Bacharel em Psicologia, Mestra interdisciplinar em Cultura e Território. Doutora em Psicologia. Professora no Centro Educacional Planalto de Brasília UNIPLAN. E-mail: suelimarquespsicologaarg@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia. Professora efetiva da rede municipal de ensino lotada na Secretaria de Educação Municipal de Araguaína-To. E-mail oliveiragercivane@gmail.com

³ Licenciada em Pedagogia, professora efetiva da rede municipal de ensino em Araguaína, lotada no Centro Infantil Municipal Tereza Hilário Ribeiro. Orcid. <https://orcid.org/0009-0003-8166-4908>. Mestrando no programa de pós-graduação em Dinâmica Territorial, PPGDIRE, Universidade Federal do Norte do Tocantins.

⁴ Licenciada em Ciências Biológicas, Professora efetiva na rede municipal de ensino do município de Araguaína TO, lotada na Escola Municipal Zeca Barros, Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências e Matemática da Universidade Federal do Norte do Tocantins. E-mail. thayslavareda@hotmail.com

ABSTRACT

The study addresses how adequate stimuli contribute to the development of essential skills, such as autonomy, creativity and critical sense from the first years of life. The role of the teacher as a facilitator of meaningful experiences that respect individual rhythm and promote learning through play and social interaction stands out. The teacher's role is presented as fundamental to establishing a safe and stimulating environment, which values children's natural curiosity and promotes active learning. In this research, we used the bibliographical research methodology, but complemented with observation during supervised internships. The work concludes that the training and constant updating of teachers are essential to ensure quality early childhood education, which meets the needs of integral development and contributes to the formation of more aware and prepared citizens for society.

Keywords: Integral Development. Early Childhood Education.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa nasceu da experiência vivenciada por professores da rede municipal de Araguaína na educação infantil, durante observações das dificuldades enfrentadas pelos professores na prática em sala de aula. A partir daí surgiram os seguintes questionamentos: Qual o papel do professor na estimulação do processo de ensino aprendizagem dos alunos? Quais estratégias de ensino podem ser utilizadas para estimular o processo de aprendizagem dos alunos? A hipótese levantada é que o professor exerce um papel crucial, não apenas como transmissor do conhecimento, mas também como criador de experiências que favorecem o desenvolvimento integral da criança, valorizando cada aspecto do seu crescimento.

Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar quais estratégias podem ser desenvolvidas pelos professores para a estimulação do processo de ensino aprendizagem dos alunos. Os objetivos específicos são: 1). Identificar quais práticas lúdicas podem ser utilizadas nas sala de aulas para facilitar a aprendizagem. 2). Investigar quais materiais visuais e audiovisuais podem ser aplicados para melhorar a compreensão dos alunos. 3). Avaliar a implementação de metodologias que tornem o aluno protagonista do seu próprio aprendizado.

O presente trabalho foi desenvolvido com base na metodologia de pesquisa bibliográfica, conforme a perspectiva de Gil (2008), que considera várias vantagens na pesquisa bibliográfica, incluindo o acesso a uma ampla variedade de fontes.

Segundo o autor, a pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de trabalhos produzidos por outros pesquisadores que se interessaram a pesquisar o tema. Podem ser utilizados artigos, e-books, livros, dissertações, monografias etc.

Segundo o autor, “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (Gil, 2009, p. 44).

Neste sentido, esta pesquisa possibilitou um aprofundamento em materiais de autores como Paulo Freire (2019), Lino de Macedo (2008), Dermeval Saviani (2018), Kuhlman Junior (1999), Wigger (2014) e Mendes e Menezes (2018). Estes estudos forneceram bases para a compreensão do desenvolvimento integral das crianças de forma crítica e autônoma, bem como a reflexão sobre o papel do professor dentro desta perspectiva.

Analisamos, ainda, outras fontes disponíveis em plataformas como Scielo, Google Acadêmico, revistas eletrônicas, bibliotecas digitais, incluindo os repositórios de universidades.

Esta pesquisa se justifica pelo fato de que, durante nosso processo de desenvolvimento cognitivo, necessitamos de um professor para nos ensinar e guiar. É por meio dos professores que compreendemos o mundo, as ciências e a sociedade. Diante disso, pode-se perceber que o papel do professor é vital para o desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Com esta pesquisa, será possível vislumbrar os caminhos a educação está seguindo.

O papel do professor na estimulação do processo de ensino-aprendizagem é o de facilitador e mediador. O professor deve promover uma educação crítica, em que o aluno é visto como sujeito ativo no processo, e não apenas como um receptor de conhecimentos.

Desta forma, o professor deve proporcionar ao aluno um ambiente de aprendizado baseado na reflexão e no diálogo, valorizando as experiências e os conhecimentos prévios dos alunos, respeitando suas diferentes realidades e contextos, promovendo um ambiente de reflexão crítica e participação ativa.

2 CONCEITOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e desempenha um papel crucial na formação do ser humano. De acordo com o artigo 29, 30 e 31 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, a educação infantil tem como principal objetivo o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, considerando-a como um sujeito de direitos, capaz de aprender e se desenvolver a partir de suas vivências e interações com o meio (Brasil, 1996).

Segundo Pereira (2020) o termo *infans*, com origem no latim, é utilizado para se referir a uma criança ainda incapaz de falar, conforme indica a etimologia: o prefixo “in-” (negação) e o verbo “fari” (falar). Essa concepção inicial representava uma ideia de incapacidade verbal, identificando *infans* como alguém que ainda não desenvolveu a fala. Com o tempo, contudo, o termo expandiu-se para designar crianças em diferentes faixas etárias, chegando até mesmo a referir-se a jovens próximos dos treze ou quinze anos.

Para o autor, essa ampliação do significado também trouxe novas implicações sociais e culturais, pois o termo *infans* começou a remeter não apenas à ausência da fala, mas à condição de vulnerabilidade e dependência, indicando alguém que, devido à idade, não possui voz ou autoridade, como o direito de testemunhar legalmente (Pereira, 2020). Assim, *infans* assume um sentido de infância prolongada, na qual a criança, independentemente de sua capacidade de fala, ainda é vista como desprovida de autonomia social e legal, reforçando a ideia de uma fase da vida em que os indivíduos carecem de plena expressão e influência no contexto social e judicial.

Levando em consideração o entendimento do autor, compreendemos que o desenvolvimento integral dessas crianças se inicia neste período. A infância é um momento relevante no desenvolvimento da criança, e, assim percebe-se que trabalhar as diversas habilidades delas é fundamental para o seu crescimento.

Pereira (2020) faz uma reflexão sobre a visão da infância na antiguidade clássica, especialmente no contexto das ideias de Platão. Nesse período, as crianças eram reconhecidas como parte importante da sociedade, mas ainda estavam à margem das relações e decisões que moldavam a pólis, a cidade-Estado grega. Apesar dessa exclusão, a infância era compreendida como uma fase de transição, na

qual o potencial para o desenvolvimento pleno, ou seja, para a formação de um adulto capaz de participar e moldar a sociedade, já estava presente.

Segundo Pereira (2020) Platão, considerava que as crianças representavam uma oportunidade para a realização de um futuro ideal, uma “utopia política”. Ele acreditava que a educação das crianças era fundamental para o progresso e para alcançar uma pólis mais justa e melhor. Assim, a infância não era vista apenas como uma fase de passividade ou marginalidade, mas como um momento crítico para moldar os futuros cidadãos, através de um processo educativo que carregava a esperança de transformações sociais profundas e positivas para a coletividade. Portanto, na visão platônica, a educação infantil torna-se uma ferramenta estratégica para construir uma sociedade melhor, na qual os valores desejados seriam transmitidos adiante, criando uma continuidade entre o presente e o futuro da pólis.

Ferreira (2013) aborda as mudanças que ocorreram na visão sobre a infância e a família a partir do século XVII, marcando uma transformação significativa que acompanhou a Modernidade. Com o avanço das questões sociais, culturais, políticas, econômicas e educacionais, passou-se a compreender a infância de maneira mais elaborada e específica, estabelecendo novas normas e práticas que moldaram o entendimento da criança na sociedade moderna.

Para Ferreira (2013) esse período consolidou a ideia de uma “infância universal”, caracterizada por uma visão abstrata e generalizada, na qual se atribui a todas as crianças uma “natureza infantil” comum, desconsiderando as particularidades culturais e históricas de cada contexto. Em vez de ser vista apenas como uma fase transitória ou sem grande destaque, a infância ganhou um espaço central no projeto da sociedade moderna, sendo considerada uma fase importante para o desenvolvimento e a educação, com impacto direto na construção de uma ordem social desejada.

O conceito de desenvolvimento integral se refere a uma abordagem que visa promover o crescimento harmonioso em todas as dimensões da vida da criança, ou seja, não apenas no campo cognitivo, mas também no emocional, social e físico. Essa visão integral busca formar indivíduos completos, capazes de atuar de forma autônoma, criativa e solidária na sociedade. Na educação infantil, esse desenvolvimento é trabalhado por meio de atividades lúdicas, interações com outras crianças e adultos, além da estimulação contínua do seu potencial de aprendizagem.

O desenvolvimento integral na educação infantil também implica a necessidade de uma atuação articulada entre a escola, a família e a comunidade. A escola não é apenas um lugar de transmissão de saberes, mas também um ambiente que complementa a ação da família, assegurando às crianças oportunidades de socialização e desenvolvimento em contextos mais amplos. Essa articulação possibilita que a criança cresça inserida em um conjunto de relações que fortalecem a sua formação, respeitando sua singularidade e ritmo.

2.1 Educação Infantil no Brasil

O conceito de educação infantil tem suas raízes no pensamento pedagógico moderno e na evolução das políticas públicas ao longo dos séculos. Historicamente, a educação infantil passou por várias fases, refletindo mudanças sociais, econômicas e culturais, além de avanços na compreensão sobre o desenvolvimento infantil. Esse conceito evoluiu ao longo do tempo, passando de uma visão assistencialista para uma perspectiva educativa centrada no desenvolvimento integral da criança. O desafio atual é garantir que esse direito seja efetivamente acessível a todas as crianças, com foco em políticas inclusivas e voltadas para a qualidade no atendimento (Mendes; Menezes, 2018).

Nas primeiras civilizações, como na Grécia e Roma antigas, a educação das crianças pequenas era informal e realizada no ambiente doméstico. A ideia de que as crianças necessitavam de uma educação formalizada desde os primeiros anos de vida ainda não existia. As primeiras tentativas de instrução infantil estavam associadas à moralidade e à preparação para a vida em sociedade.

Wiggers (2014) aponta que o conceito de educação infantil se formalizou com Friedrich Froebel, pedagogo alemão, que, em 1837 fundou o primeiro Kindergarten (jardim de infância). Froebel via o jardim de infância como um espaço onde as crianças pudessem aprender por meio de jogos, atividades lúdicas e contato com a natureza. Ele acreditava que a brincadeira era essencial para o desenvolvimento intelectual e emocional das crianças, sendo o trabalho do educador guiar esse processo. Essa concepção pioneira influenciou o desenvolvimento de escolas infantis ao redor do mundo.

No Brasil, a educação infantil começou a ser formalmente desenvolvida a partir do final do século XIX, inspirada pelos movimentos europeus. A primeira creche

brasileira foi fundada em 1899, e a primeira escola maternal em 1924, ambas no Rio de Janeiro. No entanto, o desenvolvimento da educação infantil no país foi lento e restrito a camadas privilegiadas da sociedade.

Pereira (2020) reflete sobre a educação como um direito fundamental e discute a evolução histórica das concepções de infância, enfatizando a importância do ato de brincar como elemento central dessa fase da vida. Embora ainda existam práticas inadequadas, como o trabalho infantil, especialmente entre as camadas mais desfavorecidas, o brincar é visto como uma característica definidora da infância. Esse ato lúdico contribui para o desenvolvimento integral da criança e se alinha com os parâmetros dos direitos humanos, que reconhecem a infância como uma etapa que requer proteção, cuidados e liberdade para a expressão lúdica. Assim, o brincar é essencial para promover uma visão de infância que respeita e valoriza os direitos humanos, facilitando o desenvolvimento saudável e a concepção de uma infância ideal e digna.

Segundo Wiggers (2014), no Brasil, a criação de instituições como creches e pré-escolas, surgiu para atender crianças pequenas fora do contexto familiar. Influenciadas pelos "jardins de infância" froebelianos, essas instituições inicialmente foram voltadas para as classes mais abastadas. No entanto, ao se expandirem, houve uma transformação em seus objetivos e nas qualificações exigidas dos profissionais.

Wiggers (2014) relata que para as crianças pobres, o atendimento manteve um caráter assistencialista, voltado ao benefício social para mães e famílias trabalhadoras, reforçando a ideia de assistência em sua forma pejorativa. Já para as classes mais ricas, o atendimento foi seletivo e orientado para fins educacionais. Essas iniciativas eram impulsionadas por setores da sociedade, como médicos, sanitaristas e damas de caridade, refletindo uma divisão clara entre a assistência para pobres e a educação para os mais favorecidos.

Kuhlmann Junior (2009) faz uma crítica contundente à forma como a educação para as classes populares historicamente foi configurada, especialmente à educação oferecida às crianças pobres. Ele argumenta que o modelo educacional voltado para essas classes sociais não é apenas um processo pedagógico neutro, mas sim um instrumento de submissão.

[...] foi configurado como uma proposta educacional específica, [...] dirigida à submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes

populares. [...] A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão; uma educação assistencialista, marcada pela arrogância que humilha para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o receber (Kuhlmann Junior, 2009, p. 54).

O autor aponta que a educação destinada aos pobres foi desenhada como um mecanismo de controle social, visando à submissão tanto das famílias quanto das crianças (Kuhlmann Junior, 2009). Isso significa que, em vez de promover a emancipação e o desenvolvimento do pensamento crítico, essa educação serve para manter as classes populares em uma posição de inferioridade e dependência.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 nos “artigos 29 e 30”, a educação infantil foi estabelecida como a primeira etapa da educação básica, atendendo crianças de 0 a 5 anos em creches e pré-escolas (Brasil, 1996). A LDB destacou a importância do desenvolvimento integral da criança, incluindo seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo (Brasil, 1996).

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (Brasil, 1996).

Esse artigo define o objetivo da educação infantil, que é o desenvolvimento integral da criança em diversas dimensões, e ressalta o papel complementar da escola em relação à família e à comunidade no cuidado e na educação das crianças dessa faixa etária. Além do Artigo 29, os Artigos 30 e 31 detalham mais aspectos sobre a organização e o funcionamento da educação infantil, como a divisão entre creches (para crianças de até 3 anos) e pré-escolas (para crianças de 4 a 5 anos) e a avaliação nessa etapa (Brasil, 1996).

Antes da LDB de 1996, o tempo de estudo das crianças era menor, e elas entravam na escola mais tarde. Foi uma mudança significativa que afetou positivamente o desenvolvimento integral das crianças (Brasil, 1996). Chisté e Oliveira (2019), destacam a evolução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) relacionadas ao ensino fundamental no Brasil. A Lei 10.172, de 2001, aprovou o primeiro PNE (2001-2011) e estabeleceu como objetivo ampliar a duração do ensino fundamental de 8 para 9 anos, com início aos seis anos de idade, mas condicionou essa expansão à universalização do atendimento para a faixa etária de 7 a 14 anos.

Essa proposta, que visava à inclusão mais precoce das crianças no sistema educacional, começou a ganhar força em discussões nacionais a partir de 2004.

Para Chisté e Oliveira (2019) com a aprovação do novo PNE (Lei nº 13.005) em 2014, uma meta específica foi fixada para garantir a universalização do ensino fundamental de nove anos para todas as crianças de seis a quatorze anos, além de estipular que ao menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o fim da vigência do plano, em 2024. Essa meta busca assegurar tanto a ampliação da cobertura quanto a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes, reforçando a responsabilidade do Estado em proporcionar um ensino fundamental completo e acessível.

A educação infantil no Brasil foi sofrendo alterações com o capitalismo, levando em consideração que despertou interesses privados sobre este setor. Branco (2019), destaca a análise sobre a transformação das políticas públicas no Brasil após a implementação da Lei nº 13.019/2014, apontando como essas políticas passaram a incorporar não apenas princípios neoliberais, mas também elementos da chamada "terceira via". Esse modelo de gestão pública, caracterizado pelo gerencialismo e pela terceirização, incentiva parcerias com o setor privado e o terceiro setor.

Chisté e Oliveira (2019) apresentaram o resultado de entrevistas que consideram esses convênios ou termos de colaboração são, na prática, formas de privatizar o ensino público, movendo a responsabilidade de garantir serviços básicos, como a educação, do Estado para entidades privadas. Assim, a política pública se distancia de um compromisso direto do Estado em fornecer esses serviços, delegando-o a parceiros privados e reduzindo sua responsabilidade direta sobre o bem-estar social.

Chisté e Oliveira (2019) questionam a organização do ensino fundamental no Brasil e a falta de foco nas necessidades das crianças pequenas, especialmente na transição entre a educação infantil e o ensino fundamental. A crítica gira em torno de como o direito à educação infantil e ao brincar — aspectos fundamentais do desenvolvimento infantil — são minimizados ou ignorados dentro de uma estrutura escolar pensada para atender crianças mais velhas, de sete anos ou mais. Com a obrigatoriedade da matrícula a partir dos cinco ou seis anos de idade, crianças cada vez mais novas são colocadas em uma rotina escolar que se assemelha ao modelo

adulto, com horários e espaços rígidos, limitando a liberdade e a espontaneidade associadas à infância.

O autor argumenta que as políticas e normas educativas, apesar de serem fundamentadas em leis e declarações universais, acabam desconsiderando a perspectiva da infância, centralizando-se no cumprimento de uma estrutura organizacional mais voltada para a ordem e o controle do que para o acolhimento das necessidades das crianças pequenas (Chisté; Oliveira, 2019). Segundo Branco (2019), esta organização da escola não se adapta ao desenvolvimento lúdico e expressivo das crianças, sujeitando-as, desde cedo, a uma rotina disciplinada e a uma forma de pensamento adultocêntrica.

2.2 Desenvolvimento Integral

O desenvolvimento integral de uma pessoa refere-se ao processo de crescimento e aprimoramento que abrange todas as dimensões do ser humano: física, emocional, cognitiva, social, espiritual e ética. Esse conceito não se limita aos acadêmico ou físico isoladamente, promovendo o equilíbrio entre os vários aspectos que constituem a vida de uma pessoa. No contexto educacional e social, o desenvolvimento integral busca preparar o indivíduo para viver plenamente, interagindo de forma saudável e produtiva com seu ambiente, suas emoções, seus relacionamentos e suas responsabilidades, tanto no âmbito pessoal quanto coletivo.

No Brasil alguns pesquisadores e estudiosos da educação trabalham com este conceito, como Paulo Freire, Lino Macedo, Dermeval Saviani e Miguel Arroyo. Compreender os pensamentos desses estudiosos é relevante para este trabalho monográfico. Custódio (2008) relata que Lino Macedo é um dos principais estudiosos da psicologia do desenvolvimento no Brasil. Ele trabalha com o desenvolvimento integral a partir de uma visão construtivista, baseada em Piaget, refletindo sobre como a educação pode promover o desenvolvimento global da criança, incluindo aspectos cognitivos, sociais e afetivos.

Freire (2019), um dos maiores educadores do Brasil, abordou o desenvolvimento integral a partir de uma perspectiva crítica e humanista. Em suas obras, ele defende que a educação deve promover o desenvolvimento completo do ser humano, não apenas no aspecto cognitivo, mas também nas dimensões éticas, sociais e políticas, por meio de uma educação libertadora.

Freire (2019) acredita que o verdadeiro desenvolvimento integral de uma pessoa não pode acontecer sem libertação. O autor defende uma educação que leve o indivíduo a tornar-se um sujeito de sua própria história, capaz de pensar criticamente, de se autoconhecer e de agir no mundo para transformá-lo. Para Freire (2019), isso está diretamente relacionado à superação da opressão. Ele acredita que o ser humano só pode desenvolver-se plenamente em um ambiente de liberdade, em que tenha o poder de agir sobre o mundo de maneira autônoma e crítica. A educação, nesse sentido, tem um papel essencial na luta contra a opressão e na busca pela justiça social, promovendo o desenvolvimento de indivíduos conscientes de suas capacidades de transformação.

Saviani (2018), a partir da pedagogia histórico-crítica, propõe uma educação que favoreça o desenvolvimento integral das pessoas. Ele defende que a educação deve considerar as condições sociais e históricas em que o aluno está inserido, promovendo o desenvolvimento crítico e completo do indivíduo.

Saviani (2018) argumenta que a educação não deve se limitar à mera transmissão de conteúdo ou preparação técnica. Em vez disso, deve envolver o desenvolvimento completo da criança em todas as suas facetas: intelectual, física, social e emocional. O objetivo da educação é a formação do ser humano como um todo, desenvolvendo suas capacidades e potencialidades para que possa atuar de forma plena e consciente na sociedade.

Para Saviani (2018), a escola tem um papel essencial e insubstituível na formação dos indivíduos, uma vez que é um espaço privilegiado onde se realiza a transmissão do conhecimento acumulado pela humanidade. Esse conhecimento é fundamental para o desenvolvimento não apenas intelectual, mas também cultural e social do ser humano.

Saviani (2018) defende que, ao promover o desenvolvimento cultural, a escola também concorre para o desenvolvimento humano em sua totalidade, porque o conhecimento adquirido e as experiências vividas no ambiente escolar não se limitam à vida acadêmica, mas influenciam profundamente a formação integral dos indivíduos, tornando-os mais preparados para atuar na sociedade de forma crítica e consciente.

Levando em consideração as ideias desses autores, entendemos que o professor tem um papel relevante no desenvolvimento integral de seus alunos. Para Freire (2019), o professor desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral

dos alunos porque a educação é vista como um processo libertador e humanizador. A pedagogia freiriana foca em uma educação que desperte a consciência crítica dos alunos, permitindo que eles se tornem sujeitos ativos na transformação de suas realidades. Nesse contexto, o professor é mais do que um transmissor de conhecimento, ele é um mediador do diálogo entre os educandos e o mundo, facilitando a construção coletiva do saber.

No mesmo sentido na perspectiva de Saviani (2018), o professor também desempenha um papel decisivo no desenvolvimento integral dos alunos, principalmente no que se refere à transmissão de conhecimentos sistematizados e ao desenvolvimento crítico do estudante. Saviani (2018) entende que o processo educativo é histórico e social, e o professor é a ponte que conecta os alunos ao saber científico, permitindo-lhes compreender e transformar o mundo.

Na perspectiva de Macedo (2008) sobre o desenvolvimento integral, o papel do professor é fundamental. O educador não é apenas um transmissor de conhecimento, mas sim um facilitador do aprendizado e um orientador do desenvolvimento humano. O professor é responsável por criar condições para que os alunos possam explorar suas capacidades cognitivas, emocionais, sociais e éticas de forma integral.

As considerações que fizemos [...] são de natureza psicológica, ou seja, descrevem o desenvolvimento da criança no período pré-operatório. O professor precisa mais do que isso: quer saber o que fazer com estas informações; como derivar delas uma prática pedagógica. Supomos que esta é uma primeira decorrência: a teoria de Piaget tem um valor de compreensão do processo de desenvolvimento da criança, ou seja, pode instrumentalizar o professor a fundamentar sua prática e compreender a importância dela no cotidiano da sala de aula (Lino, 2008, p. 50).

Macedo (2008) destaca a importância de entender o desenvolvimento psicológico da criança com base na teoria de Piaget, mas vai além, afirmando que o professor precisa transformar esse conhecimento teórico em práticas pedagógicas concretas. O texto sugere que compreender as fases do desenvolvimento infantil, como o período pré-operatório, pode auxiliar o professor a fundamentar sua prática na sala de aula.

Para o autor, o valor da teoria de Piaget não está apenas na compreensão dos estágios cognitivos das crianças, mas em instrumentalizar o professor com informações que o ajudem a adaptar suas metodologias e estratégias de ensino de

acordo com o nível de desenvolvimento dos alunos (Macedo, 2008). Assim, o professor não apenas entende como as crianças pensam e aprendem em diferentes estágios, mas também é capaz de transformar esse conhecimento em ações pedagógicas eficazes.

Macedo (2008) enfatiza a necessidade de aplicar a teoria psicológica de forma prática no ambiente escolar, permitindo que o educador promova um ensino mais adequado às necessidades e capacidades cognitivas de seus alunos, contribuindo diretamente para o seu desenvolvimento.

Silva (2019) debate sobre o uso do lúdico na educação infantil e sua relevância no desenvolvimento integral. O autor ressalta a importância de que pais, educadores e a sociedade em geral valorizem a ludicidade como parte vital da infância, reconhecendo que o brincar é fundamental não apenas como recreação, mas como um processo que contribui para o crescimento integral da criança.

O brincar é importante para o desenvolvimento integral do ser humano nos aspectos físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. Portanto, se faz necessário que pais, educadores e sociedade em geral se conscientizem sobre a ludicidade que deve estar sendo vivenciada na infância, e que o brincar deve fazer parte de uma ação prazerosa e não sendo simplesmente lazer, mas também um ato de aprendizagem (Silva, 2019, p. 22).

Silva (2019) destaca o brincar como um elemento essencial para o desenvolvimento integral do ser humano, abrangendo múltiplos aspectos: físico, social, cultural, afetivo, emocional e cognitivo. A brincadeira não se limita a um momento de lazer, mas é vista como uma prática necessária para a aprendizagem. Através dela, a criança desenvolve habilidades de socialização, explora o mundo ao seu redor, aprende a lidar com suas emoções e adquire novos conhecimentos de forma prazerosa e significativa.

Neste sentido, Niles e Socha (2014) destacam que, apesar de dificuldades psicológicas, cognitivas ou até de condições materiais, como a pobreza, o ato de brincar permanece essencial e natural na infância. Os autores enfatizam que o impulso lúdico é uma característica inata do ser humano, o que significa que a criança encontra formas de brincar com qualquer objeto disponível, independentemente das circunstâncias adversas em que vive. Essa capacidade de transformar objetos comuns em instrumentos de brincadeira revela uma característica profunda e

resiliente da infância, onde o brincar transcende limitações e se torna uma expressão de criatividade, desenvolvimento e adaptação natural.

Silva (2019) relata que O *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil* (RCNEI) em 1998, aponta o brincar como uma atividade central para o desenvolvimento da identidade e da autonomia infantil. O ato de brincar permite que a criança explore e reflita sobre sua realidade, cultura e o ambiente ao seu redor, compreendendo e discutindo regras e papéis sociais. Esse processo vai além de uma simples diversão, ele promove o desenvolvimento integral da criança ao ensiná-la a conhecer o mundo, a realizar ações de forma consciente, a conviver com os outros e a construir sua própria identidade. Por meio das brincadeiras, a criança adquire autoconfiança, alimenta sua curiosidade, desenvolve a autonomia, a linguagem e o pensamento crítico, o que contribui de maneira fundamental para seu crescimento e socialização.

Vygotsky (1998 *apud* Silva, 2019), destaca o papel do brincar como um motor fundamental para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança. Quando brinca, a criança não apenas reproduz situações cotidianas, mas também vai além delas, assumindo papéis e realizando atividades que promovem avanços em suas capacidades. Por meio dessas brincadeiras, ela explora novos conhecimentos e habilidades, o que a leva a expandir sua compreensão do mundo e de si mesma. Como percebemos na citação:

É fonte de desenvolvimento e de aprendizagem, constituindo uma atividade que impulsiona o desenvolvimento, pois a criança se comporta de forma mais avançada do que na vida cotidiana, exercendo papéis e desenvolvendo ações que mobilizam novos conhecimentos, habilidades e processos de desenvolvimento e de aprendizagem (Vygotsky, 1998, p. 81 *apud* Silva, 2019, p. 12).

Nesse contexto, o brincar não é apenas um passatempo, mas uma experiência enriquecedora que desperta o potencial da criança e acelera o seu desenvolvimento. Essa prática possibilita a vivência de situações mais complexas e criativas do que as vivenciadas no dia a dia, impulsionando o aprendizado e promovendo uma evolução contínua em seu processo de crescimento (Silva 2019).

3 ARGUMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Para trabalhar as perspectivas de Freire (2019) e Saviani (2018) na educação infantil, é necessário adaptar seus princípios pedagógicos ao contexto do desenvolvimento das crianças pequenas, valorizando tanto a dimensão crítica e dialógica de Freire (2019) quanto a sistematização e transmissão cultural defendida por Saviani (2018).

Freire (2019) enfatiza o desenvolvimento de uma consciência crítica e a educação como um processo dialógico, mesmo com crianças pequenas. A educação infantil pode incorporar essas ideias por meio de metodologias que incentivem a curiosidade, a expressão e o diálogo das crianças, respeitando suas individualidades e experiências de vida. Acredita-se que o professor deve criar um ambiente em que as crianças possam se expressar livremente, colocando em prática a ideia de que o conhecimento é construído coletivamente. Mesmo na educação infantil, as crianças podem ser ouvidas, suas experiências valorizadas, e suas ideias incorporadas ao processo de ensino.

Os diferentes tipos de jogos e o brincar são propostas metodológicas que estimulam a exploração crítica do mundo. As brincadeiras oferecem oportunidades que promovem questionamentos, reflexões e descobertas sobre a realidade que cerca as crianças. Essa prática valoriza o desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Freire defendia a importância de que os conteúdos ensinados estivessem conectados com a vida real dos estudantes. Mesmo na infância, é possível trazer elementos do cotidiano das crianças, como suas famílias, bairros e experiências, para o ambiente escolar, criando um vínculo entre o aprendizado e suas realidades.

Saviani (2018) propõe uma educação voltada para a transmissão do conhecimento sistematizado, defendendo que a escola tem um papel fundamental na socialização do saber e na formação de sujeitos que compreendem o mundo em suas complexidades. Neste sentido, compreendemos que, na educação infantil, o professor pode introduzir às crianças o conhecimento sistematizado por meio de atividades que estimulem o contato com a cultura, as tradições e os saberes acumulados pela humanidade. Contar histórias, trabalhar com a literatura infantil, a música, e a arte são formas de apresentar o conhecimento cultural de forma adequada para a faixa etária.

Assim entendemos que, mesmo em um nível introdutório, o professor pode organizar o conteúdo de forma a favorecer a sistematização e compreensão gradual. Por exemplo, ao ensinar sobre cores, formas e números, o professor segue uma lógica

que constrói gradualmente a base do conhecimento, respeitando o desenvolvimento cognitivo das crianças. Introduzir, de maneira lúdica, elementos de conhecimento científico, como a observação da natureza, a descoberta de animais e plantas, ou experiências simples, pode favorecer a curiosidade e o pensamento lógico nas crianças. Mesmo em tenra idade, essa introdução ao conhecimento científico prepara o terreno para o desenvolvimento integral.

As ideias de Freire (2019) e Saviani (2018) podem ser complementares na educação infantil. Enquanto Freire promove uma pedagogia crítica e dialógica, que valoriza o contexto social da criança e o desenvolvimento de sua autonomia, Saviani enfatiza a necessidade de uma transmissão sistematizada do conhecimento e a importância da escola como mediadora cultural. Combinar as atividades lúdicas com conteúdos organizados é uma estratégia eficaz. Por exemplo, em um projeto de arte, as crianças podem explorar livremente suas criações (diálogo freiriano), mas o professor também pode ensinar conceitos de cores e formas (conhecimento sistematizado savianiano).

A abordagem freiriana defende que a criança seja protagonista de seu processo de aprendizagem. Saviani (2018), por sua vez, enfatiza que o conhecimento precisa ser transmitido de forma organizada. O professor pode, então, criar situações em que as crianças descubram novas informações por meio da exploração e experimentação, ao mesmo tempo em que fornece as explicações e orientações necessárias para organizar o conhecimento.

Para Macedo (2018), o professor assume um papel central no desenvolvimento integral do aluno, pois é o mediador entre o conhecimento e a aprendizagem. Macedo, ao dialogar com a teoria de Piaget, enfatiza que o professor não deve ser apenas um transmissor de conteúdo, mas alguém que promove a construção ativa do conhecimento. O professor, nessa perspectiva, precisa compreender os estágios de desenvolvimento cognitivo da criança e saber como estimular e desafiar o aluno de maneira adequada para cada fase.

Para Macedo (2018), o professor tem o papel de promover o desenvolvimento cognitivo, social e emocional dos alunos. Isso exige que ele não apenas se concentre no conteúdo, mas também em criar um ambiente que estimule a autonomia, a reflexão crítica e a interação social.

Macedo (2018), considera que o professor é fundamental na construção de uma aprendizagem ativa e significativa, ajudando a moldar o processo de desenvolvimento das crianças de maneira integral, considerando tanto o aspecto cognitivo quanto o social e emocional. O professor, ao usar seu conhecimento sobre o desenvolvimento infantil, atua como guia e facilitador no percurso da aprendizagem, sempre respeitando o ritmo e as capacidades de cada aluno

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, buscamos refletir sobre a importância da educação infantil e o papel fundamental do professor no estímulo ao desenvolvimento integral da criança. A educação infantil é mais do que uma etapa preparatória para o ensino formal. Ela desempenha um papel essencial na formação da identidade e na construção das bases do desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social da criança.

Com base nas teorias analisadas e nas práticas observadas, ficou evidente que o professor é uma figura chave nesse processo, atuando como mediador e facilitador do aprendizado e do desenvolvimento. Como relata Freire (2019) a função do professor vai além da transmissão de conteúdo: ele é responsável por criar um ambiente estimulante e seguro, onde a criança pode explorar, descobrir, construir seu conhecimento e desenvolver suas potencialidades em um ritmo próprio. A sua formação e preparo pedagógico são fundamentais para que ele consiga perceber as necessidades individuais de cada aluno, respeitar suas singularidades e proporcionar experiências educativas que contemplem o desenvolvimento integral.

A estimulação ao desenvolvimento integral envolve a promoção de atividades que abarquem o cuidado e a educação de forma significativa, levando em consideração os aspectos físicos, emocionais, sociais e cognitivos da criança. Para que essa proposta se concretize, o professor deve atuar de forma intencional e pedagógica, observando atentamente o desenvolvimento das crianças e oferecendo oportunidades que enriqueçam suas aprendizagens por meio de jogos, brincadeiras, interações e experiências diversas.

Além disso, é fundamental que o trabalho na educação infantil seja articulado com a família e a comunidade, de modo que o desenvolvimento da criança ocorra de maneira ampla e conectada com o seu contexto cultural e social. O professor, nesse

sentido, atua também como um elo que integra a escola com o cotidiano da criança, favorecendo uma formação integral.

Ao analisarmos as fontes, percebemos que a educação infantil sofreu grandes mudanças ao longo dos anos. Foram criadas leis e diretrizes que alteraram o tempo das crianças na escola, influenciando a formação integral desses indivíduos. A LDB, aponta essas mudanças, e o PNE (Lei nº 13.005) em 2014 mudou o tempo dos alunos na escola.

Uma mudança relevante na educação infantil é o uso do lúdico como ferramenta. Vários autores analisados consideram o lúdico não apenas como uma simples brincadeira, mas como uma importante metodologia para o desenvolvimento integral das crianças.

A partir do debate, consideramos o brincar como uma prática essencial que transcende o lazer, configurando-se como uma fonte inestimável de desenvolvimento e aprendizagem para a criança. De acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), o ato de brincar ocupa um papel central na construção da identidade e autonomia infantil. Ao envolver-se em brincadeiras, a criança reflete sobre sua realidade, explora aspectos de sua cultura e do ambiente ao seu redor, e compreende as regras e papéis sociais, promovendo assim uma formação integral. Nesse contexto, a criança se permite experimentar e consolidar novos conhecimentos e habilidades, colocando-se em situações que vão além do cotidiano e possibilitam que ela assuma papéis mais avançados e complexos.

Essa prática lúdica permite o desenvolvimento de habilidades como a autoconfiança, a curiosidade, a autonomia, a linguagem e o pensamento crítico. Tais competências são fundamentais não apenas para o seu crescimento pessoal, mas também para a interação social e a convivência em grupo. Assim, o brincar é um processo indispensável para o desenvolvimento humano, na medida em que promove uma aprendizagem ativa e significativa, estimulando a criança a compreender o mundo ao seu redor e a construir, de forma consciente e autônoma, a própria identidade.

Essa prática lúdica permite o desenvolvimento de habilidades como a autoconfiança, a curiosidade, a autonomia, a linguagem e o pensamento crítico. Tais competências são fundamentais não apenas para o seu crescimento pessoal, mas também para a interação social e a convivência em grupo. Assim, o brincar é um

processo indispensável para o desenvolvimento humano, na medida em que promove uma aprendizagem ativa e significativa, estimulando a criança a compreender o mundo ao seu redor e a construir, de forma consciente e autônoma, a própria identidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília, MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 23 set. 2024.

CICORUM, Katya Elise. A estimulação infantil e o papel do professor nesta etapa de desenvolvimento. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, ano 04, v. 03, p. 129-147, jan. 2018. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_02_p047-051_c.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

FERREIRA, Ione Mendes Silva *et al.* **O (a) Professor(a) da educação infantil e sua formação:** contribuições das produções acadêmicas do Centro-Oeste. 2013. 220f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2013.

FIGUEIREDO, Francisco Clébio de *et al.* **O papel do educador no ato de cuidar e de educar na educação infantil.** 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/48191>. Acesso em: 18 set. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia.** Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 84. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2019.

GIL. Antônio Carlos. **Como elaborar um projeto de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MACEDO, Lino. **A perspectiva de Jean Piaget**. 2018. Disponível em: www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_02_p047-051_c.pdf. Acesso em: 23 set. 2024.

NILES, Rubia Paula; SOCHA, Kátia. A importância das atividades lúdicas na educação infantil. **ÁGORA: Revista de divulgação científica**, v. 19, n. 1, p. 80-94, 2014.

PEIREIRA, Karollaine Gomes. **O Brincar no desenvolvimento Integral da Criança na Educação Infantil**. Monografia (Curso de Pedagogia). Pontifca Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2020. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/268/1/KAROLLAINE%20MONOGRAFIA%20REPOSIT%C3%93RIO.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

SANTANA, da Silva, Maria Luzia *et al.* O brincar como elemento de inclusão de crianças caracterizadas com transtornos do espectro autista. **Interfaces da Educação**, v. 7, n. 19, p. 48-65, 2016.

SAVIANI. Dermival. **Pedagogia histórico-crítica**. Campinas (SP): Autores Associados, 2018.

SILVA. Mareleidy Adriana Venâncio da. **O lúdico na educação infantil**. Monografia (Curso de Pedagogia) – FANAP, Aparecida de Goiânia. 2019. Disponível em: <http://www.unifanap.com.br/Repositorio/395.pdf>. Acesso em: 28 set. 2024.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.

VIGOTSKY, Levis. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7. ed. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2007.